

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, de 2026

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5760/2023, que “estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo”.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 04/03/2026 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)

Destino: -

Último estado: 04/03/2026 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

TRAMITAÇÃO

04/03/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Aguardando deliberação do Plenário.
Votação em turno único.

04/03/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o presente requerimento, o qual será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 482-483 - DSF nº 20

Publicado no DSF Páginas 484 - DSF nº 20

04/03/2026 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Urgência para matéria) na Comissão nesta data às 11:51.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, de 2026

DOCUMENTOS

REQ 3/2026 - CCJ

Data: 04/03/2026

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5760/2023, que “estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo”.

Avulso inicial da matéria

Data: 04/03/2026

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: -